



CÁTEDRA ITINERANTE
INCLUSÃO
PRODUTIVA RURAL

ARTIGO DE OPINIÃO

A COP30 colocou as palavras na mesa, agora precisamos traduzi-las em estratégias e ações



Mireya Valencia



Vahíd Vahdat

Equipe de coordenação
da Cátedra Itinerante
Inclusão Produtiva Rural

COMO CITAR:
VALENCIA, M.; VAHDAT, V. **A COP30 colocou as palavras na mesa, agora precisamos traduzi-las em estratégias e ações.** São Paulo: Cátedra Itinerante Inclusão Produtiva Rural, dez. 2025.

Em meio a expectativa e ceticismo, a COP30 foi realizada em Belém (PA) e deve constituir um marco para as discussões no Brasil. Nós ainda estamos muito perto da conferência para avaliar os seus resultados e a diplomacia brasileira parece decidida a seguir dando passos em áreas críticas. O que já nos parece possível apontar é que a conferência permitiu pautar certos temas e promover articulações de maneira inédita, indicando possibilidades promissoras adiante.

É certo que documentos oficiais ou discursos não são suficientes para gerar mudanças, mas que as ideias comecem a ser objeto de discussão ou comecem a permear o debate são passos significativos. Destacamos aqui três pontos em que avaliamos que a COP30 permitiu dar passos relevantes e será necessário seguir avançando. Realçamos esses três temas também pela forte relação com a agenda da Cátedra Itinerante Inclusão Produtiva Rural (Cátedra IPR).

Primeiro, foi notável o avanço na discussão sobre adaptação climática. Entre esses avanços está a definição de 59 indicadores que guiarão o processo de adaptação, incluindo indicadores relacionados à produção agrícola resiliente ao clima e a redução de efeitos adversos na erradicação da pobreza e nos meios de vida. Esses indicadores – que constam no documento sobre o objetivo global de adaptação (GGA) – oferecem uma linguagem compartilhada sobre o tema da adaptação e devem permitir um melhor acompanhamento das ações nos próximos anos.

As negociações também apontaram na direção de aumentar o financiamento para a adaptação, ainda que com limitações. Foi aprovado triplicar, até 2035, o orçamento para adaptação para países em desenvolvimento, embora esse orçamento esteja atrelado à insuficiente NCQG¹, aprovada na COP29 em Baku. A sensação até o momento ainda é a de que cada país terá de arcar com os seus custos de adaptação.

No campo das soluções para a adaptação, e mais especificamente no Semiárido brasileiro, foi interessante observar como as instituições na região têm convergido ao redor da ideia de “recaatingamento”. Uma experiência que nasce das comunidades de fundo de pasto, na sua convivência com o Semiárido, e que agora está ganhando ampla relevância para que áreas degradadas se tornem florestas produtivas. Ainda é preciso observar se a abordagem pode ganhar a escala esperada e ajudar a criar um futuro próspero para a população na região. Mas a emergência de uma estratégia comum, para além das cisternas, é um marco significativo.

O segundo tema de destaque é o da transição justa e a recorrência com que se argumenta que as mudanças que precisam ocorrer em diferentes setores serão portadoras de oportunidades de trabalho e renda, conferindo legitimidade social ao esforço necessário. Essa já é uma ideia amplamente compartilhada no debate e que está sendo pautada em iniciativas como a *Jobs and skills for the new economy* e o *Belém Action Mechanism*, cujas regras deverão estar prontas até a COP31, na Turquia.

Cabe observar, no entanto, que em alguns casos a discussão ainda é superficial e precisa ser aprofundada. Pouco se fala sobre a qualidade das ocupações que serão geradas e sobre como vai se garantir que a população mais vulnerável acesse essas oportunidades. A menção às ocupações também está com muita frequência desconectada de uma reflexão mais profunda sobre o tipo de desenvolvimento que está sendo impulsionado, uma pergunta que é essencial frente às causas da crise que enfrentamos.

Por fim, consideramos que a discussão sobre sistemas alimentares chegou a um novo patamar com inúmeros espaços de discussão e o lançamento de iniciativas importantes, como: o Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); a presença do eixo de transformação da agricultura e sistemas alimentares na Agenda de Ação; e a intenção do Brasil de elaborar um mapa do caminho para reverter o desmatamento. Ainda nesse conjunto de discussões, a presença de um enviado especial para o tema da agricultura familiar e os diversos eventos que destacaram o papel que esse grupo de produtores pode desempenhar foram igualmente significativos.

É claro que ainda persiste um descasamento entre a agenda da transição dos sistemas alimentares e a agenda de diminuição das desigualdades. Ainda que existam experiências inovadoras de territorialização dos processos de inclusão e geração de autonomia das populações locais, é necessário desenvolver políticas de inovação na direção de geração

¹ Nova meta coletiva quantificada sobre financiamento climático.

de capacidades e de acesso a tecnologias digitais como complemento aos processos de transição dos sistemas alimentares. Além disso, é preciso ir além de experiências isoladas em meio a um conjunto de iniciativas que continuam desenvolvendo o modelo convencional e encontrar os caminhos para os ganhos de escala.

O governo brasileiro pautou a COP30 como a COP da implementação. Para fazer jus ao nome, será necessário traduzir os avanços discursivos que tivemos em estratégias e ações robustas. Aqui os aprendizados do campo da inclusão produtiva podem desempenhar um papel decisivo.

